



A SCIT opera sob direcção e supervisão da Procuradoria-Geral de Timor-Leste



RESPONSABILIDADE, INDEPENDÊNCIA E OPTIMISMO NO SISTEMA JUDICIAL

A Juíza Maria Natércia Gusmão faz parte do primeiro grupo de juizes timorenses que iniciaram a sua carreira a trabalhar lado a lado com juizes internacionais nos Painéis Especiais para Crimes Graves. Actualmente é a Juiz Presidente do Tribunal Distrital de Dili e, em substituição, Presidente do Tribunal de Recurso. Com um entusiasmo e optimismo contagiante, ela explica ao SCIT info porque é que o processo dos crimes graves é importante para a sociedade timorense e partilha connosco a sua visão do Sistema Judicial.

Começou a sua carreira como juíza dos Painéis Especiais para Crimes Graves. Que balanço faz desse processo?

Sim, comecei em Junho de 2000 e fiquei até ao encerramento em Maio de 2005.

Foi a melhor e a maior experiência profissional para mim. No início foi muito difícil porque era uma juíza nova, sem experiência. Para além disso, trabalhar com muitos juizes de países diferentes era difícil por causa da comunicação, o meu inglês naquela altura ainda não era muito bom e isso trouxe-me algumas dificuldades. Mas depois, a partir de 2002, 2003 com um grande esforço da nossa parte, as coisas começaram a correr bem, já estava mais à vontade. Depende de nós encontrar a melhor forma para enfrentar estes obstáculos.

E acha que esse processo judicial dos crimes graves foi importante para a sociedade Timorense?

Penso que sim, foi e ainda é importante porque tem que haver justiça para os timorenses. Não podem uns ficar a gozar de impunidade enquanto outros vão a julgamento e são condenados. Isto é uma injustiça. E eu acho que o povo timorense não está de acordo com a impunidade.

Embora os Painéis Especiais para Crimes Graves já não existam, as investigações sobre os crimes de 1999 continuam. Se o senhor Procurador-geral decidir prosseguir com a acusação de algum destes casos, eles vão ser julgados pelo Tribunal Distrital de Dili?

Caso o senhor Procurador decida prosseguir com a

acusação, penso que está previsto na nossa lei de processo penal que é o tribunal de Dili que tem competência para julgar estes crimes.

A senhora assistiu ao nascimento do sistema judicial em Timor-Leste...

Sim, senhora, eu assisti e também participei activamente e continuo a participar.

Qual é a sua opinião sobre a evolução que se tem feito desde então e sobre o estado actual do sistema?

Quando começámos foi muito difícil, como eu já disse, até nem tínhamos cadeiras para sentar, sentávamo-nos no chão... pode perguntar a outros colegas, alguns deles já foram para políticos. É difícil começar... mas como timorenses temos esperança, sempre. E temos o nosso orgulho, o nosso nacionalismo. Se não formos nós os timorenses a fazer os sacrifícios para trabalhar nesta área, quem é que vai fazê-lo. Então, sacrificamos a nossa vida por esta carreira. Desde o início, até agora, nós recebemos o mesmo! Já há oito anos... Mas essa não é a questão mais importante, a questão é que eu, como timorense, tenho obrigação e responsabilidade perante este povo. A meu ver, têm-se feitos muitos avanços, já temos juizes, procuradores e defensores públicos formados. Já temos juizes de carreira. O sistema já está a funcionar, embora eu não negue que ainda haja algumas irregularidades em algumas áreas. Mas nós estamos a trabalhar para dia após dia melhorar o sistema e também a nossa performance. Neste momento temos 11 juizes de carreira e mais 2 estagiários e além disso temos outros grupos a receber formação no Centro de Formação Judiciária.

Diz-se que um bom sistema judicial é importante para garantir a separação de poderes. Porque é que em seu entender a separação de poderes é tão importante?

A separação de poderes é fundamental para salvaguardar o Estado de Direito. Sem isso seria como se fossemos governados por um rei absoluto



Editorial:

Nesta edição do boletim informativo da SCIT temos a oportunidade de conhecer melhor outro agente do sector judicial em Timor-Leste, a Juíza Maria Natércia Gusmão. A Presidente do Tribunal Distrital de Dili e Presidente interina do Tribunal de Recurso apresenta uma visão dos tribunais timorenses e partilha a sua experiência nos Painéis Especiais para Crimes Graves.

A SCIT acrescenta ainda uma nova secção – Perfil – que serve para vos apresentar a nossa equipa com mais pormenor. Para finalizar, quero aproveitar esta oportunidade para expressar a minha mais profunda gratidão a todos os Timorenses que colaboraram com os nossos investigadores e peritos forenses. Graças à sua cooperação a SCIT tem conseguido avançar significativamente as investigações.

Marek Michon
Chefe da SCIT



UNMIT/Equipa de Investigação de Crimes Graves (SCIT) • newsletter • ed. 2 • Dez. 2008

SCIT-UNMIT
UN House
Rua Caicoli
DILI

Phone: 330-410
Fax: 330-4110

UNMIT Regional Support Centres
BAUCAU: Vila Nova
MALIANA: Holsa Soso
SUAI: Next to the Heliport

For more information please contact:
Júlia Galvão Alinho
External Relations Officer
Mob: +670 73 11 519
E-mail: alinho@un.org

Investigating 1999 to assist bringing Justice in Timor-Leste

WWW.UNMIT.ORG/RULE OF LAW/SERIOUS CRIMES INVESTIGATION TEAM

Em breve...

• Conservação dos arquivos de Crimes Graves

Para além das investigações, a SCIT tem trabalhado para a conservação dos Arquivos que pertencem à Procuradoria-Geral. Os arquivos digitais estão a ser organizados com um novo software utilizado em muitos tribunais internacionais. Quanto aos arquivos físicos, estão a ser reestruturados e mantidos. Todo o trabalho tem sido efectuado em conjunto com a Procuradoria-Geral.

• Alcançar as vítimas em 2009

Juntamente com as ONG's que têm vindo a apoiar as vítimas de 1999, a SCIT está a preparar actividades para prestar informação às famílias das vítimas. A realização destas actividades está prevista para Março de 2009, após a época das chuvas.

A todos os sucros será enviada informação sobre o programa das actividades.

que mandaria em tudo no país. Tem que haver a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial, e cada um exerce o seu separadamente, e isso é a garantia do Estado de Direito democrático. Por isso, é importante que os tribunais (o poder judicial) sejam independentes, que tomem as suas decisões com imparcialidade. **Como é que vê a possibilidade de integrar o sistema de justiça tradicional no Sistema**

de justiça formal?

É difícil para mim comentar isso porque não pesquisei muito sobre esse assunto. Mas considerando essa possibilidade, se se decidir integrar os dois sistemas, penso que é importante verificar se a justiça tradicional não viola os Direitos Humanos, as liberdades fundamentais, ou outras leis.

SCIT devolveu restos mortais de vítimas as suas famílias

Em Novembro os peritos forenses e o investigador responsáveis devolveram os restos mortais de uma vítima alegadamente assassinada em 1999 à família.

Os restos mortais foram descobertos por um familiar da vítima há menos de dois meses atrás e, com a autorização da família, a equipa forense da SCIT levou-os para Díli para examinação. O objectivo desses exames não era apenas confirmar a identidade da vítima mas também ajudar os investigadores a tentar determinar como esta pessoa tinha morrido.

Uma vez concluída a análise post-mortem, a equipa forense e o investigador da SCIT regressaram à casa da família para devolver os restos mortais do seu ente querido. Antes da entrega oficial dos restos mortais, a família e a comunidade local realizaram uma cerimónia tradicional.

Na casa a família recebeu oficialmente os restos mortais, agradeceu os funcionários da SCIT pela sua 'contribuição para obter justiça' e convidou-



os para uma refeição juntamente com toda a família e amigos.

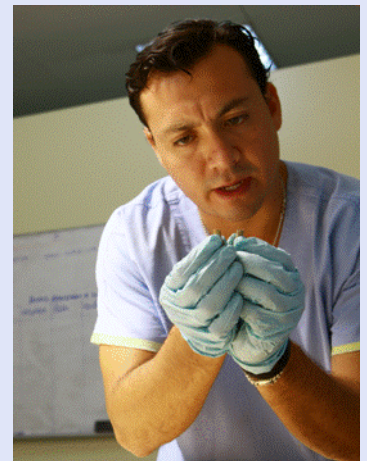
Esta foi a segunda vítima a ser exumada e devolvida à família desde que a SCIT retomou as investigações às violações graves dos Direitos Humanos de 1999.

Perfil da SCIT

Mirko Fernandez, antropólogo forense em Timor-Leste há 3 anos

"Tem sido frustrante não conseguir identificar todas as vítimas de 1999"

Mirko Fernandez, 33 anos de idade, Canadiano, é antropólogo forense da SCIT desde Outubro de 2007. Este mês Mirko parte de Timor-Leste por razões familiares, mas deixa para trás uma contribuição importante para a Equipa e especialmente para a justiça em Timor-Leste. Mirko trabalhou durante dois anos na anterior Unidade de Crimes Graves até 2004, quando as investigações foram interrompidas. Durante o seu trabalho com a SCU e a SCIT Mirko tem participado em muitas das 250 exumações executadas e examinou um grande número de restos mortais de vítimas tentando determinar a forma como morreram, como foram assassinadas e muitas vezes tentando descobrir a sua identidade. Por esta razão Mirko tem estado em contacto próximo com muitas famílias e é por isso que ele diz: 'sem a sua cooperação teria sido impossível fazer tanto'. No entanto, Mirko sente-se frustrado porque a secção forense não conseguiu identificar todas as vítimas: 'Sem acesso a testes de ADN é impossível, isto é frustrante para nós e especialmente para as famílias'. As dificuldades linguísticas e a falta de contraparte nacional são os outros desafios que ele aponta. Apesar disto ele gostaria de voltar um dia a Timor para ajudar a encontrar as 300 vítimas que, de acordo com a Cruz Vermelha, ainda estão desaparecidas.



"A cooperação das famílias tem sido fundamental para todas as investigações".

Workshop para juizes, procuradores e advogados



A contribuição da perícia médico-legal para investigações criminais foi o assunto principal de um workshop de dois dias na SCIT. 20 pessoas, incluindo juizes, procuradores e advogados de defesa frequentaram o workshop no qual foram também debatidos desafios passados, presentes e futuros da medicina forense em Timor-Leste. Dr. Nurul Islam, patologista forense da SCIT conduziu a discussão. Para além disso, o workshop era uma oportunidade para esses juristas ficarem mais familiarizados com o mandato da SCIT.